

**CONSELHO ADMINISTRATIVO – GESTÃO 2017-2020**

**ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DE 17/06/2020**

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, às nove horas, reuniram-se, em segunda convocação, em canal virtual, os membros do Conselho Administrativo do IPREF (Gestão 2017-2020) para Assembleia Ordinária. Estavam presentes **(I) dentre os indicados pelo Executivo Municipal**, os conselheiros **titulares** Claudia Regina Carapeta (IPREF), Márcio Rodolfo de Oliveira Alves (PMG), Paula Kobaiashi Inoue (PMG), José André de Moraes Filho (PMG) e Marilene Aparecida Cadina (PMG). **(II) dentre os servidores eleitos**, os conselheiros **titulares** Amilcar Antonio Mesquita Rizk (PMG), Luiz Carlos da Rocha Gonçalves (Inativos), Milton Augusto Diotti José (PMG), Wonderson Moreno (PMG), Rogério Tadeu Barbosa Romano (SAAE) e Renata Silva Moreira (CMG). Dentre os Conselheiros suplentes o Sr. Juliano Lino dos Santos (CMG) Presente o Presidente do IPREF, Eduardo Augusto Reichert, acompanhado da Diretora Administrativa e Financeira do IPREF, Alessandra dos Santos Milagre Semensato e do Sr. Marcos Almeida da LDB EMPRESAS. O Sr. Milton dando início, solicita alteração de pauta com a inclusão do Item 01: Leitura e aprovação das atas das Assembleias extraordinárias dos dias vinte e vinte e sete de maio de dois mil e vinte. A proposta foi aprovada por unanimidade. Dando início a pauta: **item 1 – leitura e deliberação das atas das assembleias ordinárias dos dias vinte e vinte e sete de maio de dois mil e vinte**. O Sr. Milton pergunta se há alterações a serem realizadas além das já solicitadas e incluídas anteriormente. Não havendo nenhuma menção por parte dos Conselheiros (as) as Atas são colocadas em votação e aprovadas por unanimidade. O Sr. Milton passa para o **item 2: Comitê de Investimentos: apresentação dos investimentos do ano de 2019**. Dando início passa a palavra ao Sr. Marcos – Empresa de Consultoria de Investimentos. **Sr. Marcos:** tenho a missão de passar a carteira de investimentos de 2019 do IPREF. Primeiramente vamos falar do cenário que estamos vivenciando, algumas estratégias que deverão ser assumidas ou não. Momento muito delicado, é momento de precaução e de zelo. **Sr. Eduardo:** esta apresentação é a que estava programada para março, na reunião presencial que seria realizada, mas devido a Pandemia acabamos cancelando a reunião. Por isso passei como apresentação do ano de 2019, a ideia era fazer o fechamento de dois mil e dezenove, e em seguida o primeiro trimestre, segundo trimestre, porque a própria Portaria da Secretaria da Previdência pede apresentações trimestrais para o Conselho Administrativo. Por isso estamos explicando o porquê de estar sendo feita praticamente seis meses após o encerramento do ano, era para ser em março

e em virtude da Pandemia acabou sendo cancelada. **Sr. Marcos:** nós temos os números do fechamento do ano de dois mil e dezenove e atualizados até o mês de maio de dois mil e vinte, caso vocês queiram analisar. Mais do que isto temos os dados de mercado atualizados até ontem. Dá para termos o panorama do que foi dois mil e dezenove e dois mil e vinte até chegar a data de hoje. **Eduardo:** o importante é fazermos o fechamento de dois mil e dezenove. **Sr. Marcos:** Exatamente. A gente aborda dois mil e dezenove para cumprir com a obrigação, mas já deixamos todos atualizados, e voltaremos novamente a dois mil e vinte sem problema algum. Como orientação, Primeiro as possibilidades de alocação de acordo com a Resolução Vigente 3922/2010, permanece vigente mas tivemos algumas alterações como a 4392, 4605, 4604, e conseqüente todas elas alteraram com possibilidades novas de alocação para os regimes próprios de previdência. Em suma possuem três grandes possibilidades de macro alocações, sendo Renda Fixa, Multimercado e Renda Variável. Podemos olhar para dentro ou para fora dessas três caixas, teoricamente de alocação. Quando pensamos em renda fixa, pensamos num investimento com risco menor, com a possibilidade de um rendimento menor se comparado ao rendimento do segmento de renda variável. Segmento de renda variável, seriam aquelas ações que são comercializadas nas bolsas de valores e temos também a de multimercado, fundos que podem alocar seus investimentos, seus recursos, tanto em ativos de renda fixa, quanto renda variável, quanto alguma outra estratégia, como por exemplo moedas. Na essência tende a ter um risco intermediário entre a renda fixa e a renda variável. Lembrando que estamos analisando um período de normalidade, o ano de dois mil e dezenove. Olhávamos para frente e a previsibilidade, teoricamente, era um pouco maior, diferente do ano de dois mil e vinte que estamos vivenciando um cenário de stress, causado de diversas maneiras. Começou como uma pandemia, um problema econômico e entramos num problema político, conseqüentemente a volatilidade cresceu. Vivenciando um cenário de incertezas que passou a falar mais alto. E nesse cenário de stress nós vivenciamos um cenário ao contrário. Vemos a renda variável por possuir um risco maior que ela nos prejudicou. A de multimercado por estar teoricamente alocando seus recursos em diversos cenários, pode sim estar andando para trás. E exemplificando a renda fixa como nosso porto seguro, mas que também pode andar para trás. E agora para onde eu vou, o que tenho que fazer num cenário de stress. Temos o cenário de hoje bem turbulento, diferente do que vivíamos tempos atrás. É um cenário totalmente novo onde a incerteza passa a falar cada dia mais alto. Vemos que ao entendermos o que vinha

sendo passado, ao digerirmos um pouco, começamos sim a ver que há uma luz no fim do túnel. Vamos torcer para que esta luz no final do túnel seja a saída e não o trem vindo em nossa direção. Ao vermos a carteira de renda fixa, temos fundos com prazos mais curtos e prazos de vencimentos mais longos o que faz com que o risco seja proporcional ao prazo que nós estamos buscando, ou seja, ao buscarmos um investimento com prazo um pouco mais curto tende-se a buscar uma previsibilidade um pouco maior, conseqüentemente o cenário parece ser mais límpido, conseqüentemente o rendimento tende a ser menor. Quando olhamos para o longo prazo a incerteza cresce, as variáveis aumentam e conseqüentemente a nossa expectativa de retorno também cresce porque vamos correr mais riscos e exigimos uma parcela maior de retorno. Marcação a mercado é para dar preço aos nossos ativos todos os dias, para saber quanto estão valendo os nossos recursos. Marcação na curva são essencialmente títulos públicos e que tendemos a resgatar no vencimento, garantindo a rentabilidade. A legislação exige que as cotas de fundo de investimento tenham a marcação a mercado, com precificação dia a dia. Tivemos uma mês de março muito negativo e verificamos que oscilam bastante de acordo com a expectativa dos investidores. Marcação a mercado é para o preço de nossos ativos todos os dias. Quando as taxas de juros são empurradas para baixo os nossos investimentos são inversamente proporcionais, são empurrados para cima. Quando a taxa de juros é empurrada para cima nossos investimentos, conseqüentemente são empurrados para baixo. O que aconteceu em 2019, as taxas foram empurradas para baixo, o governo dando sinalização que o Brasil estava dando um risco menor, conseqüentemente ele estava recuperando menos a sua dívida, a taxa referencial da economia. Esse ano de 2020 vimos o inverso acontecer. O risco apareceu, veio a Pandemia, crise econômica, crise política, e agora quem sabe uma crise fiscal, e jogou as taxas momentaneamente pra cima. Ao jogar as taxas para cima, conseqüentemente nossos investimentos andaram para baixo. Em 09/10/2018 tínhamos a previsão de uma taxa real de 5,50% para os próximos dez anos, primeiro dia útil após o primeiro turno das eleições. O mercado vinha confortável com a expectativa de um cenário mais próspero. Com a expectativa de pacotes que poderiam favorecer a economia, reformas a serem implementadas e as taxas praticamente sangrando. Em 10/12/2019 5,00%, 07/01/2020 a 4,45% e em 17/02/2020 a 2,95% pré pandemia. O mercado estava confortável, as taxas saíram lá de cima e chegaram no final de 2020 lá em baixo. Dois mil e dezenove foi um ano bom. A marcação a mercado nos favoreceu. Quando olhamos dois mil e vinte, durante a crise da Pandemia, vimos as taxas

serem empurradas praticamente para 3,85%, essas mesmas taxas que giravam para os próximos dez anos a 5,5%, foram empurradas para praticamente 3,95%, mais especificamente 3,86%. 2019 foi um ano bom, e estamos vendo que 2020 é um ano conturbado, o stress passou a falar mais alto. Sendo que os ativos que tendem a rentabilizar mais está nos jogando para baixo, seja na parcela da renda fixa, seja na parcela da renda variável. A situação de abril, maio e os primeiros dias do mês de junho estão aparentemente melhor que a do mês de março. Março foi o mês da incerteza, o mercado realmente assustado, a especulação passou a falar muito alto. A retomada está demorando um tempo um pouco maior. A confiança é conquistada, não é imposta. Se não vier uma orientação positiva pode ser que uma segunda onda volte e a recuperação de abril maio e junho seja jogada para o buraco. Temos que estar atentos aos nossos investimentos. Temos expectativa de fechamento de dois mil e vinte com taxa SELIC de 2,20%. A carteira do IPREF, vocês já estão no caminho certo. Vocês já estavam nos trilhos, sofremos momentaneamente, mas quando analisarmos verificamos que já estão retomando a perda causada por este risco sistêmico causado pela Pandemia no mês de março. Olhando os recursos totais do mês de maio, os R\$ 321.271.434,81 (trezentos e vinte e um milhões, duzentos e setenta e um mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e oitenta e um centavos), temos 79,69% na renda fixa, 18,78% na renda variável e 1,53% no exterior. Cem por cento enquadrados na Resolução e nos limites estipulados. Ao contrário acenderia uma luz amarela de atenção ou mesmo de proibição. Cem por cento enquadrados em termos de alocação à Política de Investimentos e aos limites expressos na resolução 3922. Caso queiramos aumentar nossa exposição ao risco temos espaço para acelerar, porem vamos fazer como vocês tem feito, gradativamente. A locação por gestor, entidades públicas e oficiais, podemos ver BB 32,79%, CEF 23,31%, Western 12,38%, Vinci 10,48%, Bram 8,68%, AZQuest 4,36%, Constância 3,16%, Safra 2,34%, Itaú 2,10% e Rio Bravo 0,41%. Todas instituições aptas a trabalhar com os Institutos de Previdência, todas cumprindo as especificidades expressas na Resolução 3922 vigente.

**Wonderson:** Marcos, você nos apresenta o percentual de cada operadora. É possível você apresentar qual o percentual de rentabilidade para cada uma delas, o desempenho de cada uma delas. **Marcos:** sim, mas não de imediato. Existem aqui fundos com estratégias distintas e a comparação não expressaria a realidade. Devemos separar quais são as estratégias que estão por trás de todas as instituições e ai sim comparar os seus índices. **Wonderson:** compreendo o que você está dizendo. Gostaria de deixar então

registrado este pedido, que abra as carteiras mais detalhadas para fazer esta análise. Separando por produtos e comparando os mesmos produtos nas três carteiras, para ver os desempenhos de cada uma delas. **Milton:** já me antecipando, gostaria de pedir esta apresentação, para reportar aos conselheiros e fazer parte da ata. E poderia enviar esta solicitação para nós também. **Marcos:** é possível sim. Todas os fundos, todas as casas tem ótima reputação, aptas de acordo com o selo expresso pela Secretaria da Previdência e vamos compará-las para novos recursos e realocações, vocês vão ter uma munição maior. Todos são fundos líquidos, vocês tem o direito de ir e vir. Conseguem sair a qualquer momento. Casas totalmente especializadas nos seguimentos. Para eventuais alocações acho que faz sentido compararmos e ver quais são estratégias que nós estamos comprando, e se estas estratégias estão aderentes a todas as instituições. **Wonderson:** as informações podem nos ser repassadas em quanto tempo. **Marcos:** tento entregar até hoje, na maior brevidade possível. Lembrando que estas informações vocês já possuem. Na nossa plataforma você já consegue filtrar e olhar as rentabilidades de todos os fundos, sejam eles quais estratégias eles possuem, com seu próprio Bend Mark. Já tem tudo no nosso sistema e já está disponível no nosso relatório. É só compilar e entregar o material para vocês. **Wonderson:** ficou claro o meu pedido. **Eduardo:** só para deixar claro a gente utiliza aqui nas decisões do Comitê. Por mais que a gente separe por gestor, mas quando vou comparar fundos ativos de renda fixa a Western acaba concorrendo com a Caixa. O comparativo sempre se dá pela classificação de estratégia e não pelas casas em si. Via de regra usamos os gestores ou estratégias mais especializadas. **Milton:** o Marcos disponibilizando o material eu já repasso para todos os conselheiros. **Marcos:** antes de prosseguir gostaria de dizer que vocês estão nas mãos de um dos principais especialistas e parceiro da ABIPEM que é o Eduardo. Vocês estão com uma parcela no fechamento de maio de CDI de vinte e três por cento que tende a amenizar o eventual cenário de stress. IMAB e IBOVESPA, sendo nestas caixas mais de cinquenta por cento. Seguindo dos fundos de renda fixa que buscam a nossa meta atuarial, consequentemente estaremos transferindo a estes gestores a alternativa de alongar ou encurtar caminho, de acordo com o cenário vislumbrado por eles. Transferimos está dor de cabeça para todos eles, consequentemente esses fundos utilizam o IPCA como referência. Dá para ver que vocês estão sendo ativos na parcela da renda fixa, que é o que o cenário teoricamente vem nos pedindo. A carteira está bem diversificada, vocês não estão classificados num único fator de risco. Estão utilizando o efeito de diversificação. Vocês estão pensando em diversas

estratégias, algumas delas buscar retorno, buscar uma proteção, conseqüentemente pensando no todo. Isso dá a tranquilidade de entendermos que os nossos recursos estão bem líquidos, a ponto de oitenta por cento dos nossos recursos conseguirmos liquidar em menos de trinta dias, onze por cento entre trinta e trezentos e sessenta e cinco dias. Ou seja, nossos recursos, noventa e dois por cento deles conseguiríamos liquidar em trezentos e sessenta e cinco dias. Nosso direito de ir e vir está preservado numa eventualidade de honrar um repasse, uma folha de pagamento nós teríamos de onde tirar os recursos. Não estaríamos com nossos recursos engessados. O Ano de dois mil e dezenove poderemos ver que rentabilizamos acima da nossa meta atuarial, até adquirindo uma gordurinha de 3,22% pelo simples fato da marcação a mercado ter nos ajudado. No ano de dois mil e vinte podemos ver que a renda variável nos puxou para baixo, a marcação a mercado também nos puxou para baixo, especificamente no mês de fevereiro e o ápice no mês de março. Porém quando olhamos para abril e maio dá para ver que a estratégia prevista anteriormente está surtindo efeito. No primeiro trimestre a perda era de 6,39%, em maio foi diminuída para 2,57%. Em junho os números estão vindo positivos e já passou para mais ou menos 1,30%. Há luz no fim do túnel, tem aparecido a saída, porém não podemos descartar, desqualificar nenhuma opinião contrária que uma segunda onda poderia vir, e uma retomada poderia vir também. A carteira de vocês está totalmente diversificada pensando em minimizar o impacto de uma eventual abertura de taxa. Tem estratégia e vocês estão de parabéns. **Milton:** se nos pegarmos os outros anos nós conseguimos sempre bater a meta. Os conselheiros irão recordar que em dois mil e dezessete nós tínhamos pouco mais de noventa milhões. Hoje temos pouco mais de trezentos e vinte milhões. Temos uma meta de alcançar mais de 5,8%. Diante deste cenário que tivemos o trimestre extremamente prejudicial, você dentro da sua experiência você acredita que atingiremos a meta. **Marcos:** Pergunta difícil. Se olharmos o mês de maio vocês estão cinco pontos percentuais negativos em relação a meta atuarial. Temos visto que tem espaço para o COPOM diminuir a taxa de juros, porém olhando para frente ele está perdendo espaço de manobra. Não tem mais aquela gordura que tínhamos anteriormente de trazer a taxa de seis para três. Agora é trazer para três, dois e meio, dois e vinte e cinco, o impacto não vai ser suficiente para buscar toda a nossa necessidade. Porém quando a gente olha a renda variável, tem espaço para ela andar, mas não sabemos qual é o tamanho do impacto que essa crise vai gerar em todas as empresas. Vocês estão correndo atrás do tempo perdido, mas não sabemos se seis meses serão

suficientes para buscar cinco por cento. Vamos ter que fazer em seis meses o trabalho de um ano. É difícil precisar de vocês vão cumprir a meta atuarial. Para isso, algumas alternativas vocês já estão de olho como é o caso do investimento no exterior, que foi beneficiado de duas maneiras, uma com o câmbio outro com a valorização das bolsas lá de fora. Sabemos que as bolsas lá de fora tem espaço para andar, não sabemos se será o suficiente para atingir a nossa diferença com a meta atuarial. Não joguem a toalha, não esperávamos um mês de abril e maio tão bons como vivenciamos e vamos torcer para mais meses melhores para frente. Obviamente que o espaço para manobra está diminuindo. Se olharmos os últimos dias podemos verificar que essa aversão ao risco vai diminuir. O mês de março prejudicou bastante, fez andar pra trás seis por cento, sendo que a nossa meta andou praticamente zero sete por cento, podemos pensar em sete por cento num único mês. Olhando o ano passado que tivemos um fechamento muito abrupto de curva é praticamente metade do nosso resultado. **Eduardo:** falando em nome do Comitê, conseguimos superar a meta atuarial por três anos. Obviamente este é um ano atípico, não esperávamos um mês de março tão ruim. Como comitê de investimentos, aproveitamos a baixa e recompramos as posições de renda variável, abriu novas posições de renda variável, diversificou a carteira, iniciou o processo de investimento no exterior. Estamos tentando construir uma carteira que seja resiliente e que consiga acompanhar a meta atuarial por mais desafiadora que ela seja. **Milton:** Algum questionamento. Gostaria de agradecer a participação do Marcos, que fez apresentação completa fazendo comparativo 2019 e 2020, lembrando para que você disponibilize essa apresentação e responda o questionamento que o conselheiro Wonderson solicitou, para que possamos dividir com os demais colegas do colegiado. **Marcos:** agradeço a todos e me coloco a disposição. **Milton: item 2. Regimento do Comitê de Investimentos IPREF-Guarulhos - apresentação;** com a palavra o Eduardo. **Eduardo:** como havia comentado anteriormente entendo que algumas normativas sevem ser papel do Conselho e não da diretoria executiva do IPREF, e uma delas é o Regimento do Comitê de Investimentos. Como funciona hoje, ele é publicado por instrução normativa da Presidência. Ela indicava todos os membros, com exceção de um indicado pelo Conselho. Qualquer alteração do regimento eu fazia de maneira unilateral, então que esses atos sejam de competência do Conselho Administrativo. Já temos um regimento válido com o Tribunal de Contas, mas é norma do Pró Gestão que eu remeta ao Conselho Administrativo aprovar. Trouxe a última versão para vocês com a inclusão do capítulo de alçadas, uma exigência também. Para

que vocês façam as alterações que achem pertinentes. Nada impede que outras alterações sejam feitas no decorrer do ano. Há alguma dúvida. É um regimento que está bem organizado, tem boas previsões, previsão de atas, acesso aos documentos. **Milton:** eu tenho um encaminhamento. **Wonderson:** questão de ordem. Na composição, o membro do Conselho Administrativo e do Fiscal serem escolhidos pelo Presidente. Na minha opinião acho que o mais democrático é ser escolhido pelo conjunto do Conselho. **Eduardo:** na realidade é o seguinte. Na única versão que foi publicada, no parágrafo único do artigo 2, que falava que os demais membros seriam escolhidos pelo presidente do IPREF, acho que não faz sentido por isso está indo para vocês. O que eu recomendaria, não fechar máximo para membros do comitê, tenham quantos quiser desde que certificados. Acho importante em termos de Pró Gestão que você tenha ele certificado, até porque a gente conseguiu atingir cem por cento do Comitê de Investimento certificado com os seis membros que fazem parte hoje. Eu deixaria o mínimo no que está nos pontos abaixo, e eu deixaria o parágrafo único que os demais membros seriam escolhidos pelo Conselho Administrativo, ou avalizado, referendado. **Milton:** eu também ia colocar que o colegiado também escolhesse o membro entre os seus pares. Ai o Conselho Fiscal que vai ter que opinar na parte dele. **Eduardo:** o artigo terceiro fala que o Comitê de Investimento deverá ter a maioria dos seus membros devidamente aprovado. Ai está a questão. Para o nível dois do Pró Gestão pleiteando precisamos todos certificados como temos hoje, pela Portaria da Secretaria da Previdência, metade mais um. Pensando nas melhores práticas o melhor é todo mundo. **Milton:** o ideal é que todos tenham o conhecimento técnico do que está sendo discutido e a certificação deve ser para todos. Concordam. Ok. Então certificação para todos os membros. **Wonderson:** outra questão de ordem. Considerando que essa política pode ser alterada a qualquer momento porque é um ato do Conselho. Se nós optarmos que todos deverão ter certificação, na verdade o intuito é olhando lá para frente nos outros níveis de certificação. **Eduardo:** não, para o atual que nós já estamos buscando. **Wonderson:** então o atual já requer isso. **Milton:** só para garantia, hoje do Conselho nós temos o Márcio que dá uma garantia nas nossas tomadas de decisões e votações. Teria no todo do colegiado pessoas tecnicamente já gabaritadas. **Wonderson:** só para confirmar. O próximo nível de Pró Gestão almejado ele requer que todos sejam certificados. **Eduardo:** Exato, no nível dois todos certificados. O Parágrafo segundo do artigo quinto propõe o mínimo de quatro membros, estou propondo que seja metade mais um. **Milton:** porque se você fixa um número e há um aumento do número de membros,

you can have an insufficient number. Everything is fine. Ok. **Eduardo:** chapter five talks about the accessibility of information, remembering that here at IPREF we adopted the publication without signatures for a security issue, because it already had an attempt of fraud and tampering with the accounts of IPREF, which is a requirement of the Court of Accounts. If anyone wants to see the signed documents, it is only to come and request because they will be available here at the headquarters. Another point is the reconduction of members in the composition in an unrestricted number, because there is a reduced number of certified servers. If someone certifies and pleads to enter the Committee, it will be even better. Chapter seven is new and explicit about where each entity can act. It competes to the Administrative Council the approval of the Policy of Investment and respect for the limits of the capacity of allocation. This already competes but is being placed in the regulation. The Fiscal Council has the function of approval and analysis of the limits. The Investment Committee has the power to invest within the limits imposed by the Administrative Council. The Executive Directorate has the role of application and redemption, having to be signed both by the Administrative Director and by the President. Power of veto for the President and Administrative Director for investment, since presented with justifications for the Administrative Council that will be able to maintain or overturn the veto. **Milton:** the decision of the Administrative Council will be sovereign. **Eduardo:** a lock that some Institutes use in investments that have a redemption term greater than one year or structured funds that are multi-market, participations and FIDIC, are that they must be invested after approved by the totality of the Committee. You cannot do it by simple majority. This is another lock that we are studying this material. Someone has any suggestion. Remembering that it should be considered as a lock of the Committee. **Milton:** the final draft we are going to bring for the next assembly, I will put it in the group and we will do a complete reading and check if the draft does not conflict with what was discussed. **Eduardo:** I wanted to propose that we approve the Resolution because of the need to attend the Pró Gestão, leaving for the future to make the changes that the Council will find relevant. It is already in force inclusive. The Pró Gestão asks that it be approved by the Council. **Milton:** can we approve this text in the form proposed by Eduardo and in the next assembly we make all the necessary changes? **Eduardo:** the approval by the Council and the assignments of the locks are two of the requirements of the Pró Gestão. It is important for us. **Milton:** In voting. Approved by unanimity. **Item 4 - Discussão e deliberação do Ofício 011/2020-SEFAZ – solicita alteração da data do pagamento da contribuição previdenciária: “Altera a Lei Municipal nº 6056/2005 –**

**artigos 72 e 73 – dá nova redação”;** **Eduardo:** eles encaminharam novo ofício alterando a forma de correção. Encaminhei para o jurídico para análise. **Milton:** na última reunião falamos de ouvir o Jurídico. O Instituto já fez? **Eduardo:** gostaria de passar o item para a próxima assembleia por dois pontos. Saiu a três semanas o projeto de lei que desobriga os entes a fazer a contribuição patronal, deve estar saindo da Secretaria da Previdência uma normativa de como vão se dar o financiamento. A data, a correção. Acredito que saindo está normativa vamos ter mais subsídios para discutir esse assunto. **Milton:** podemos considerar o item prejudicado por falta de parecer jurídico e que a Secretaria da Fazenda emitiu novo ofício solicitando a inclusão de outras alterações. Aprovado. **Item 5 - Discussão e deliberação da adequação da Lei Municipal nº 6056/2005 – artigos 12, 13, 14, 15 – composição e mandato de Conselheiros – Administrativo e Fiscal.** 1.27.52 **Milton:** houve uma breve discussão na assembleia anterior com apresentação do Douglas – Consultor Jurídico. Vocês acham que devemos discutir se querem que haja alteração no formato da eleição como está hoje na Lei 6056. Caso contrário chega no final e falam que não é viável e deve se proceder nos moldes atuais. Concordam em fazer esta alteração do mandato, não vou entrar no mérito. **Romano:** questão de ordem antes de você colocar em votação. Caso a gente decida que deva ser mudada a lei, as formas como o projeto está sendo colocado a gente tem que decidir isso hoje, qual é o prazo para enviarmos este projeto de lei para a Câmara, antes do recesso, depois do recesso. Se a gente abrir para decidir hoje, atropelar a decisão, eu posso reverter meu voto e falar que é melhor manter. Talvez o que vai acontecer depois pode ser importante para fazer a gente entender melhor esta primeira decisão. **Milton:** Concordo com você. Estamos no dia 17 de junho, irá haver recesso na Câmara em primeiro de julho e volta em primeiro de agosto. Qual o comprometimento do governo em fazer isso antes ou dentro do prazo legal. Que dê tempo para o Instituto, mesmo assim o Instituto tem que trabalhar com o plano B. Se de fato demorar, estourou o prazo. Se não tiver o plano B que é fazer a eleição, deixa de ter colegiado. **Romano:** minha pergunta é exatamente essa: caso o colegiado entender alterar, como é que vai ser o andamento deste processo. Vai ser votado antes do recesso, depois do recesso. Até qual é o prazo final para trazer essa ideia melhor. Renata: eu na verdade não achei clara a sua pergunta, a sua proposta. Eu queria entender o que você está propondo. Se a gente prefere a lei como ela está ou se a gente quer mudança. É essa a proposta. **Milton:** se o colegiado vai querer discutir e levar a frente esse projeto para discussão, e fazer alteração, ou se nós preferimos diante dos cenários hoje, já ter eleição

em setembro. **Renata:** eu acho que o que o Romano falou contempla o que eu penso, porque não dá para gente responder esta pergunta, uma questão tão complexa com um simples sim e não, se a gente não tiver o desdobramento. **Eduardo:** obviamente que eu tenho pontos que eu não consigo controlar. Vai ser dado o máximo de celeridade, a ideia do projeto de lei é que fosse aprovado antes do fim do conselho. Ao mesmo tempo eu já abri processo administrativo para contratação de eleição on-line, está caminhando. Se aprovado, se vocês falarem que o projeto de lei faz sentido, vamos mandar pra frente, eu me comprometo a ir atrás do processo como um todo. Encaminhar para a procuradoria e tudo mais. **Renata:** tenho muita discordância do texto. Não tenho discordância de fazermos uma alteração. Tenho discordância de questões que estão sendo alteradas. **Milton:** com relação a discordância do texto, eu não teria tanta discordância. Teria mais alguns complementos. O Douglas deixou bem claro que o que houve foi uma junção do que é exigência da Secretaria de Previdência e a sugestão do Pró Gestão. Logicamente vai entrar na discussão se é viável ou não, o que é sugestão e o que é lei na parte de governança e controle. Lógico se você falar que quer a governança inteira que você quer indicar e tudo mais, eu sempre defendi isso e sempre defenderei. Mas isso não compete a gente ver que não vamos alcançar o controle. Isso tem feito com que eu converse sempre com o Eduardo. O controle que este projeto traz, o controle não traz para o Milton Presidente do Conselho Administrativo, mas para o Conselho Administrativo ele é um ganho. Como é um ganho esse controle que nós acabamos de aprovar agora, nós não temos governança mas nós temos controle. Volto a defender que nós tenhamos governança sim. Nós temos essa governança, não. Com todo respeito ao Eduardo, está conversa nós tivemos em março de 2017 quando o grupo nos colocou para conversar algumas coisas com o Eduardo e depois viemos a ter contato aqui. Os contatos nem sempre são afáveis como por exemplo quando soube da alteração das alíquotas por terceiros. O Eduardo é diferente de mim, é mais pacífico, é de agregar. Pude verificar que não houve nenhuma má fé no não encaminhamento para o Conselho. Então quando falo da governança e do controle eu estou falando da gente seguir uma coisa de cada vez. Como diz Van Gogh, As grandes coisas não são feitas por impulso mas com a junção de pequenas coisas. Se você ver o que foi o Conselho nas gestões anteriores e o que se tem nesta gestão, não há o que se falar. O juízo de valor é de cada um. Eu respeito a verdade de cada um. Não sei se vamos continuar ou não com este projeto, o que o colegiado deliberar eu estou de acordo. **Romano:** eu acho que a alteração da Lei 6056 ela é uma

demanda nossa já. A gente acha que ela tem que ser alterada sim. Eu não acho que se a gente falar que vai manter a lei, signifique necessariamente que a gente vai enterrar o ante projeto de lei, a proposta feita pelo Eduardo. Eu acho que nesse momento que está se propondo a gente alterar e se não for agora, nós temos que fazer a proposta máxima inclusive para governança. Não adianta a gente querer e não tentar. A gente quer e nunca tenta. Política é fato consumado. Se a gente perder pelo menos não peca pela omissão. Concordo com você, se vamos fazer todo este trabalho agora e vamos perder o prazo e manter o que a gente tem, vamos ficar com a corda no pescoço porque o nosso prazo é setembro. As alterações que o Pró Gestão precisa, eu bati o olho lá, isso é processo e precisa ser alterado mas não agora. Você diz que segue a ideia do seu filósofo Van Gogh, o meu filósofo chamasse Mick Jagger, ele fala você não pode ter que você quer, mas as vezes se você tentar você consegue o que você precisa. Acho sim que nós precisamos avançar na governança. Os servidores tem que ter um acesso na governança. A ingerência política no texto, data vênia, sem querer ofender o Eduardo, obviamente o Instituto é do servidor e tem que ser gerido pelo servidor e temos que avançar para isso. Eu também, se a decisão aqui for não eleger agora, acho que vai ter que ser elegido uma hora. Eu tenho certeza que é uma necessidade do Pró Gestão que a gente quer. Mas se o colegiado achar que não é o momento. Acho que é um bom documento para começar a discussão esse do Eduardo. **Eduardo:** sou partidário da governança e metodologia de controle. Defendo no grupo trabalho que participo na Secretaria da Previdência. O processo de dar poder ao Conselho Administrativo é o que defendo. A figura da Resolução do Conselho Administrativo, de decisões serem tomadas pelo Conselho desde o planejamento estratégico definidas no começo do ano passado, foi exatamente para oferecer isso daí. As últimas alterações legais elas trazem justamente estas coisas, a capacitação. Cada vez mais que você tenha tanto o gestor como os conselheiros com capacitação técnica. Que se certifiquem, que vão atrás. Você tem dois grandes riscos, você tem o risco da interferência política. Porque estou falando isso. Porque muitas vezes quando você coloca, sendo extremo dos dois lados, o Presidente do IPREF como cargo indicado pelo Prefeito, ou eleito através de uma eleição aberta entre todos os servidores sem requisitos técnicos. Os dois modos são perigosos. Exatamente pela interferência política. Como você pode equacionar isso, através de uma eleição de fato do conselho. O Conselho Administrativo vai ser forte, vai ser mais próximo do Instituto através de uma legislação técnica que a lei 9717 está pedindo, com certificação. São pontos que eu acho que fazem sentido. A

ABCPREV talvez seja a melhor ou uma das melhores empresas do sistema. Se você for para qualquer congresso de previdência quem vai falar é a Professora Magadar, o Douglas é Palestrante da APEPREM. São pessoas que são referências no segmento. Inclusive deixo a disposição para auxiliar vocês. Vocês dizem eu quero fazer a eleição para Presidente do IPREF, como é que eu faço. Marco uma reunião de vocês com eles. Vão apresentar o que tem no Brasil e é praticado e vocês decidem se querem seguir as recomendações deles, se não quiserem tudo bem, mas a ideia é oferecer subsídios técnicos para termos o resultado melhor possível. O que eu recomendo é exatamente isso, se for alterar pega o Pró Gestão, pega a 9717 nova e que já tem as alterações do ano passado, pega a portaria das certificações da Secretaria de Previdência, e utiliza todas elas. Porque? Para dar governança, para dar aderência, para ter um Instituto cada vez mais forte. **Romano:** concordo em gênero, número e grau, mas tem algumas orientações legais, essa própria discussão da nossa meta de investimentos e que é colocada por lei e não tem referência da nossa situação fiscal, financeira do Instituto. Eu tenho problemas com isso, acho que teria que ter um movimento dos regimes próprios. A própria Abipem, não sei como se pronuncia em relação a esta colocação de meta fixa para todo mundo. Mas acho que teríamos que trabalhar com os Institutos e Associações para flexibilizar. Eu não falo flexibilizar para deixar mais frouxo, mas flexibilizar dentro de cada realidade dos institutos. Fazer uma formatação da lei de forma mais específica de cada Instituto. **Eduardo:** no final de dois mil e dezoito, a publicação da Portaria 464, que é a última portaria que fala de estudo atuarial, a meta atuarial máxima ela não é padrão mais para todos os Institutos. Por isso que a gente foi da inflação mais seis para cinco ponto oito. No começo de junho, final de maio, a Secretaria soltou quais são as metas novas para o ano que vem, utilizada no estudo atuarial do ano que vem, baseada no meu duracion de novo. O que eu digo de pronto para vocês, tudo indica que a meta atuarial nossa no ano que vem vai abaixar, deve ir não lembro de cabeça, mas uns cinco e quarenta. Bem ou mal, é a própria Secretaria dando duas discricionariedades, primeiro a necessidade de abaixar a meta atuarial, que o Luiz sempre discutia no Conselho também. E outro que a meta atuarial máxima vai variar conforme o problema do Instituto. Só para entender o que é duracion do passivo. É o vencimento médio das obrigações que a gente tem. As aposentadorias e as medias que eu posso utilizar. Então, são movimentos que já estão acontecendo. O que vai acontecer na prática no próximo anos é o seguinte, dois mil e vinte e três, a nossa meta atuarial pode ser inflação mais quatro ponto sete. O que acontece com a arrecadação do

patronal, tem que aumentar. Então é sempre isso que eu falei com vocês, o estudo atuarial é uma ferramenta dinâmica, o resultado que é apresentado é mandado para a Secretaria da Previdência. Se o município não se adequa, não aprova legislação municipal alterando as contribuições conforme a sua necessidade, ele fica irregular e perde o CRP. Na prática é isso que acontece. Esse movimento é dinâmico e vai acontecer todo ano, não tem como fugir dele. Essa dinâmica atuarial já acontece e está nessa linha que você pediu Romano, a discricionariedade de cada município, essa obrigatoriedade de diminuição. **Romano:** pois é. Ainda é pouco para mim. Essa discussão que eu acabo fazendo, eu muitas vezes não consigo dormir por conta de saber. Gente arrecada menos do que pode por Lei, a gente abre mão de contribuição patronal. Fica dirigido pela obrigação de uma meta, que se antes era mais tranquila, este ano por exemplo vai ser um caos. Não tenho claro comigo quais as consequências ao não cumprir a meta simplesmente no fim do ano. A gente tem que zelar pelo dinheiro que tem mas não pode arrecadar mais para compensar a não arrecadação. É uma lógica que eu não compreendo. **Eduardo:** a gente tem que entender o seguinte, o movimento não é de curto prazo. **Luiz:** Presidente, estamos saindo do assunto da pauta. Quando terminarmos o item da pauta podemos retomar o assunto levantado pelo Romano sem problema algum. **Eduardo:** vou tentar retomar um ponto do Romano e se ele quiser complementar. O Romano falou sobre essa Questão da meta atuarial, ele está preocupado com ela por que está cada vez mais difícil de bater, consequentemente com uma redução da contribuição patronal proposto na lei e todo esse cenário que ele se preocupa com a meta atuarial que é disciplinada pela Secretaria de Previdência. O que é importante deixarmos isto claro, todo esse movimento é dinâmico. Se pegarmos a meta atuarial de dois mil e dezessete até hoje, provavelmente estamos acima da meta atuarial. A gente bate a meta atuarial três anos seguidos e em dois deles batendo muito acima, que foram 2017 e 2019. O movimento é totalmente dinâmico. Ano a ano nós vamos fazer o que é suficiente. Só que mês a mês não consigo ficar aprovando. A gente tem que lembrar que são setenta anos. Então o que deve ser corrigido e alinhado na rota. Não estamos fazendo nada de maneira muito demorada. Como eu falei, a meta atuarial pode diminuir como a própria portaria da secretaria da previdência tem meta atuarial máxima, quatro e cinquenta, quatro e quarenta. Se não for suficiente vai ter aumento de alíquota. Vai ter que aumentar a alíquota do patronal. Isso vai acontecer todo ano. Não é algo que nunca mais vai acontecer, nem vai mexer. Se o Município fizer estudo atuarial e der pelo aumento da alíquota e o município não aumentar a alíquota ele perde o

CRP, ele vai perder recursos da União. Então é assim, você tem uma série de obrigações e elas são dinâmicas, elas não são um negócio que você não vai ver nunca mais. O Presidente do Conselho assina o estudo atuarial para ser passado para a Secretaria da Previdência. Todo ano vocês vão ver estudo atuarial, aliás desde 2017 ele é apresentado para o Conselho. Importante é vocês perceberem que todo movimento é dinâmico, não significa que algo que você aprovou hoje nunca mais vai ser revisto, muito pelo contrário, tem que ser revisto todo ano. De um lado é despesa e do outro é receita, se você cumprir a meta atuarial você vai diminuir déficit no mercado financeiro. Uma despesa igual o que acontece, você vai ter que aumentar a contribuição. Dinheiro não se cria. O movimento como um todo ele é dinâmico. **Claudia:** com relação ao que foi falado, tenho pontos a favor. Foi falado do Presidente ser escolhido entre os servidores. Já tivemos dois, Miguel Choueri e Paulo Sergio que eram servidores e como funcionária nós tropeçamos bastante e vocês viram o que aconteceu com o último. Este é um ponto que nós devemos pensar muito nesta parte técnica. Partindo do pressuposto que nós temos aqui o Eduardo com *know-how* em investimento e com *know-how* em RPPS, então acho que todos temos que pensar bem no que está sendo pedido. Vamos olhar de fora, de repente a gente fica com uma cartela bem limitada. Outro ponto, quando temos eleições internas do Conselho o que acontece, eu sei porque sempre estou sendo candidata a Secretaria, ah! eu não quero ser Presidente, eu não quero ser Secretário, eu não quero ser nada, vai você que eu não quero. Aqui no ante projeto está sendo dada a Presidência somente para os indicados, se hoje já pede para eleitos e indicados, e tem toda essa coisa, de eu não quero, vai você, a gente já conhece esse ponto. Outro ponto que eu quero falar, que foi muito delicado, muito desagradável foi o que o Milton pontuou, foi um nó na garganta de muita gente o que aconteceu no grupo de whatsapp aí fora e que foi parar no nosso grupo, foi muito desagradável, foi desnecessário. Ao meu ver, falando em eleição, caso ocorra em razão dessa dificuldade e o IPREF ficar sem Conselho, ao meu ver não vejo problema nenhum em ter eleição agora em setembro. Partindo do pressuposto que este ante projeto está sendo calcado em Lei Federal e no Pró Gestão. Se a gente não aprovar o próximo colegiado vai fazer isso e muito bem feito. Basta ler as Leis em que está baseado este ante projeto e o manual do Pró Gestão. Com relação ao Presidente ser dos indicados daí cabe uma conversa com o pessoal que fez o manual do Pró Gestão, como foi falado na última reunião, o nível que está sendo almejado pelo IPREF é o nível dois e não entraria agora a regulamentação do ante projeto, mas nos próximos níveis terão. **Wonderson:** como foi

dito aqui pelo Conselheiro Romano eu acho que é uma oportunidade para começarmos uma discussão mais ampla sobre este projeto de lei. Ainda que nós tenhamos vários problemas de prazo, enfim, mas não dá para perder a oportunidade, não dá para ser omissos. Pelo menos na minha opinião. Então vejam o que eu entendo. Comecei a pescar várias falas, prestava bastante atenção no que os conselheiros diziam, conversei com alguns colegas e enfim, primeira coisa aí que eu acho. Queria propor para ser discutido no grupo. Sobre a prorrogação de prazo, como eu já havia dito antes, eu acho que é possível prorrogar o prazo, a gestão deste Conselho, deste mandato, podemos esticar até dezembro de dois mil e vinte pelas questões que afetam a Pandemia, eu acho que o grupo servidores precisam ter tempo para articulação, lançar suas candidaturas. A gente conhece muito bem esse processo, como ele funciona, até porque alguns de nós aqui deste conselho participou deste processo de forma articulada, de maneira pensada, então nós sabemos que isto não é fácil. Então a gente precisa dar a oportunidade para os servidores fazerem isso. Da minha parte, eu já disse, acho que é possível. Eu entendo também que na parte de alguns colegas também foi sinalizado esta oportunidade, então eu colocaria isto como tema para discussão, para aprovação, deliberação. Outra questão que eu também pesquisei aqui é em relação a composição do conselho. Na minha opinião a composição não deve ser alterada, eu até tinha colocado isso na outra reunião sobre o número de servidores, e aí andei pesquisando outros institutos, conversando com outros grupos de outras cidades, então eu acho que a composição não deveria ser alterada. Sobre a Presidência do Conselho também refleti bastante, isso tinha colocado na última reunião que eu estava avaliando do ponto de vista pessoal e eu cheguei à conclusão, pelo menos pra mim e eu quero colocar isso para discussão com o grupo que a presidência do conselho não deva constar de lei, ainda que isso seja um pré requisito do Pró Gestão, me parece, mas entre o pré requisito do Pró Gestão e a construção política do Conselho e as suas articulações próprias eu prefiro caminhar nesta linha que eu acho que é muito mais democrática, ela demonstra muito melhor a composição do conselho. Então eu acho que a Presidência do Conselho não deve fazer parte da lei e a Presidência do IPREF como dita agora pouco foi citado que nós tivemos experiências ruins anteriormente, mas estas experiências ruins em nenhum momento elas surgem de uma eleição dos servidores. As experiências ruins agora pouco relatadas, elas advêm de uma indicação direta do governo. Ainda em que pese em algum momento ser ocupada por servidor da área inativa, que parece ser esse o exemplo, de dois servidores inativos, mas isso em nenhum momento foi

referendado pelos servidores, como alguns de nós, não todos, estamos muito próximos das bases e a gente faz essa conversa, em nenhum momento isso foi homologado. Então o exemplo dado agora a pouco não contempla a realidade, porque não foi voto do servidor. Então eu acho que tem que ser trazido aqui para discussão também que é uma questão histórica e aqui dentro deste conselho vejo ai pelo menos uns sete servidores que tem pelo menos vinte anos de carreira e que destes sete, acho que seis ou sete, devem acompanhar esta construção histórica e são membros muito antigos dos nossos pares. Eu defendo também a lista tríplice, alguma coisa deste tipo, mediante votação direta dos servidores e isso não significa desqualificar o Presidente do IPREF, porque podem existir pré requisitos e nós sabemos que dentro dos nossos grupos, dentro dos vários grupos existentes, tem muita gente qualificada, muita gente pronta, eu não vejo nenhum pro lema com isso daí. Então eu coloco esses quatro pontos, pelo menos na minha opinião, como cruciais para a discussão, ainda que nós não possamos avançar em tudo, mas eu acho que esses na minha opinião e talvez de mais alguns colegas sejam elementares para discussão. **Renata:** inclusive para constar em ata, eu quero referendar a fala do Wonderson no que diz respeito a esses quatro pontos, porque também considero como pontos cruciais para que a gente não perca isso. Que a gente não deixe de discutir isso. Como eu disse anteriormente, eu não concordo com o texto na integra, mas não significa que eu discorde dele na integra. Eu acho que tem pontos extremamente pertinentes, mas esses quatro pontos que o Wonderson levantou, são pontos que já discutimos em outros momentos, e são pontos que eu considero cruciais. Então, se esse projeto de lei vai ser encaminhado neste momento ou não, eu acho que essa discussão ela é pertinente, ela é importante e ela não deve ser perdida. **Milton:** depois de tudo que foi dito alguém mais gostaria de falar. **Marcio:** depois de tudo o que foi falado até agora, é lidimo o direito dos servidores elegerem um Presidente, é a vontade a bastante tempo. Esses quase quatro anos no conselho me trouxe uma responsabilidade e uma certa preocupação, não com a pessoa do Presidente, é um cargo importante e de extrema importância. É o Presidente que faz andar junto com os conselheiros, é claro. A minha preocupação é com relação ao gestor do nosso fundo. Porque. Qual é essa preocupação. O Presidente tem várias atribuições administrativas, enfim, tem que ter conhecimento do Direito também, agora o gestor do fundo o que eu queria trazer para vocês, talvez não para este momento, não quero conturbar nada, mas para gente trazer como ponto de reflexão a figura do gestor do fundo. Nesse último congresso em Florianópolis, que nós tivemos o privilégio e a honra de representar o

Conselho, a figura do gestor ela pode ser uma figura pública, ele pode ser um profissional contratado para tal, pelo seguinte, a gente está vendo aí hoje a exposição do Marcos da LDB. Esse profissional tem que ser altamente qualificado, essa é minha preocupação. Hoje nós temos a sorte de ter todas essas pessoas em um só que é o Eduardo. O Eduardo além de Presidente ele é o Gestor do fundo, ele acompanha tudo de perto. Não deixa dúvida nenhuma para trás com ninguém. Então a minha única preocupação com a eleição do Presidente entre os conselheiros é essa. Ser resguardada, ser preservada as qualificações que está figura precisa ter. toda essa qualificação, essa capacitação vai depender do sucesso do trabalho que tem sido feito até agora. **Amilcar:** Conselheiros, gostaria de falar bem rapidinho. Eu também concordo quando o Márcio diz que nós temos o Eduardo que é bem capacitado nesta questão, a gente dizendo algumas vezes que se sente seguro com ele aí na Presidência do Comitê de Investimentos. Queria deixar claro que corroboro com o que o Wonderson colocou. Eu queria deixar uma coisa assim para gente não esquecer e ponderar bastante, é muito importante discutir o conteúdo desta minuta com muito cuidado levando muito em conta, hoje a gente tem uma administração, vamos dizer assim, não é aquela que está contra o servidor, que a gente pode deixar fluir aí, claro que com todas as atribuições do conselho, como controle. Mas amanhã pode vir a ter problema. Por isso a minha preocupação em a gente não deixar as atribuições do conselho, nomeação do Presidente e inclusive a composição do conselho de uma forma que a administração possa ter todo o controle. Então eu acho muito importante que conselho seja conselho e administração seja administração. Então se a gente colocar por exemplo que a administração tenha paridade no conselho, acabou o Conselho para mim. Porque se a gente tiver metade dos membros indicados e mais dos eleitos que esteja a favor do governo acabou. Então a gente pode aumentar a atribuição do conselho a vontade, mas se o conselho todo estiver na mão da administração. Estou colocando o português bem claro. É isso, ferrou. Hoje pode não ser isso dessa forma, mas amanhã não sei. Nós já tivemos oportunidade de conhecer presidentes de administrações aqui no IPREF, obviamente não é o que acontece hoje, que eram pessoas que não davam a mínima para os servidores e para o conselho. O meu medo é simplesmente voltar a correr este risco. Então vamos pensar direitinho pra não deixar este conselho inteirinho com a possibilidade da administração tomar conta. **Luiz Carlos:** em cima do que o Amílcar falou é importante a gente refletir o seguinte. Tivemos dezesseis anos de governos, de dois mil e um a dois mil e dezesseis, que simplesmente nós nunca fomos ouvidos, nunca tivemos participação,

nunca deixaram o conselho mesmo que remotamente ter decisões junto a administração do Instituto. Claro que é preocupante, é muito preocupante, só que é o seguinte, nós estamos no momento que nós temos um governo que em tese não é um governo de direita, é de esquerda, do PSB, e que ele está dando essa abertura para gente. Ele está dando através do Eduardo condição da gente decidir realmente o que é importante para o instituto. Acredito que o Instituto não é um órgão político, é um órgão técnico, então quanto mais nós jogarmos a política para dentro do Instituto nós vamos ter problemas. Então não é fazendo politicagem, fazendo política reversa, que a gente vai realmente trazer para o Instituto o que ele precisa. Nós temos que ter claro o seguinte, representar o servidor não significa simplesmente ir contra algumas decisões da Administração, significa a gente ter um Instituto forte, competente, bem gerido, e essa gerência ela passa principalmente pelas nossas ações perante o Conselho. Então, eu não acredito que seja o momento de pensar politicamente o Conselho, até porque nós temos decisões, e vocês são cientes disso, decisões que nós tomamos nesses últimos três anos, elas independeram da parte política, de quem era o Prefeito, se a administração era de direita, de esquerda, como muitos gostam de colocar, mas nós fizemos isso pautado principalmente na parte técnica e na necessidade do Instituto de crescer e estar respaldado na sua integralidade, na construção de um Instituto forte, de recursos bem geridos, com uma administração segura, e com certeza ela é participativa conosco. **Milton:** de tudo que foi dito e tudo mais, podemos desmembrar, deixa eu ver se entendi a proposta de vocês. A eleição que está dentro deste projeto, e também do controle que está sendo dado para o conselho. Pelo que entendi o pessoal não se sente confortável, no seguinte sentido, que este projeto não consiga estar pautado e aprovado antes da eleição, e deixando, se não estiver, o Instituto sem Conselho a partir de outubro. Com relação a eleição ela permaneceria na forma que está, setembro deste ano encerra o mandato atual e nós vamos discutir, vamos pautar para a próxima assembleia o projeto em si, desse mandato tampão. **Luiz Carlos:** na fala do Wonderson, entre os quatro pontos que ele colocou, ele falou que achava possível uma prorrogação do mandato até dezembro de dois mil e vinte. Agora essa possibilidade ela só existe se tiver uma alteração na lei. Não tem como a gente alterar. Se não fizermos um encaminhamento com relação a este projeto não adianta ter discussão. A gente vai chover no molhado. Você pode até rir Romano, mas é verdade. Por exemplo, em relação a governança que é um dos temas que todo mundo está falando e discutindo bastante, eu fiz uma avaliação aqui com relação a minuta e eu entendo que a gente pode no artigo 10A, inserir o parágrafo

primeiro onde o Presidente indicado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal deverá ter sua nomeação analisada e referendada previamente pelo Conselho. 2 - somente após homologação pelo Conselho Administrativo a nomeação surtira os efeitos legais para ocupação do cargo; 3 - o mandato do Presidente terá duração de quatro anos, podendo ser reconduzido por iguais períodos se avalizado pelo Conselho Administrativo; 4 - Se no decorrer do mandato forem verificadas e comprovadas quaisquer irregularidades na gestão do Instituto, o Conselho Administrativo poderá cassar a nomeação e nomear um Gestor Interino até que seja indicado novo Presidente pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, respeitado o disposto no parágrafo primeiro. **Milton:** Nós vamos encaminhar a discussão para o futuro, ou já vai encaminhar a discussão para alteração de mandato. O que eu coloquei inclusive no início, eu estou achando que estamos com um espaço muito curto, estamos no dia dezessete de junho, até nós terminarmos a discussão, passarmos para o Eduardo, ele encaminhar, já entramos em julho, vem o recesso, vem agosto, mesmo que o Prefeito coloque quarenta dias que é o que regimento exigira, se pedem vistas, passa o período de fazer a eleição. A minha preocupação é com o mandato. Como fica o Instituto de Previdência sem conselheiros do administrativo e do Fiscal. **Wonderson:** Na verdade é só uma pergunta. Poderíamos fazer um cronograma com quais as etapas para a suposta alteração da lei. Fazendo o cronograma de trás para a frente, imaginando qual seria a data limite, e fazer um cronograma regresso. Inclusive algo que a gente faz bastante em algumas pautas que a gente trabalha. A gente faz o cronograma regresso. E ai verificar se é possível a discussão é talvez até tirar uma agenda de reuniões semanais aqui com o colegiado, já tendo o cronograma regresso e saber a nossa linha de corte. Saber até onde a gente pode discutir. **Milton:** Eu vou pegar a minha experiência, se fosse hoje se todo mundo batesse o martelo, o que não vai ocorrer. Até porque eu tenho algumas considerações, o Luiz também. Se passasse. Eu remeteria um ofício para o Eduardo, o Eduardo para a prefeitura. A Prefeitura vai autuar este processo. Vai remeter para o SEAL, vai remeter para a Procuradoria, a Procuradoria vai emitir esse parecer. Então nessa burocracia Eduardo você perde dez a quinze dias. **Eduardo:** desse prazo para mais. **Milton:** Ele perde de dez a quinze dias. Chegou o recesso. Ai vai se protocolar e o Prefeito não vai chamar, convocar os vereadores por causa desse projeto durante o recesso. Mesmo que colocasse, eles vão discutir, se não me falhe a memória são quarenta dias. A minha preocupação não é com o projeto, é o Instituto ficar sem o colegiado a partir de outubro. A minha preocupação é essa. Vamos discutir, vamos emitir um relatório para que

até o final de setembro tenhamos uma posição final e o encaminhamento. É o meu pensamento. Concordo quando o Amílcar fala do controle, ter mais responsabilidades. Isso é controle, também acho. **Eduardo:** Acredito que o grande ponto para responder esta questão Wonderson é a questão da eleição. Acho que tem que ser revisto o ponto do Conselho, esse é ponto pacífico. O que se tem que ver e se fazer com um prazo um pouco mais tranquilo e com relação aos mandatos ou não. O que dá critério de urgência é a eleição. **Milton:** enviando para a Câmara um projeto bem enxuto, que o próprio Eduardo pode mandar, devido à preocupação dele com o Instituto, não sei se há essa possibilidade, esse pensamento. Se mandar um projeto para a Câmara ele vai ter discussão sim. **Wonderson:** não sei se eu ouvi bem, mas vamos lá. Me parece que surgiu uma proposta de mandar só alteração, propondo só a prorrogação neste primeiro momento, é isso. **Milton:** o Eduardo falou que por ele, ele manda, não sabe o desdobramento porque não teve essa discussão com o Governo. **Wonderson:** porque o que eu imaginei agora, se nós tivéssemos um compromisso do governo em mandar uma proposta só com a prorrogação do mandato até 31 de dezembro, para a gente ter tempo de discutir os pontos, acho que é possível. Se tiver esse compromisso, aí a gente faz uma discussão mais ampla. **Milton:** todos concordam com este encaminhamento do Wonderson. **Luiz:** na realidade eu entendo que esta proposta é irreal, ela não tem condições de prosperar. **Romano:** não tenho como confirmar da forma como o Luiz, mas o Eduardo começou este ponto de pauta falando que ele já tem um processo para contratação de empresa para fazer as eleições em setembro. A gente consegue fazer as eleições em setembro e é só manter esta regularidade. Estou entendendo que esta proposta de alteração da meia zero cinco meia é por conta de adequação ao Pró Gestão e a legislação, mas se não fizer até setembro pode fazer depois, o próximo conselho. O que eu estou propondo é continuar com essa discussão, porque ela vai ser inevitável, mas não necessariamente precisa ser vista até setembro, é isso? **Milton:** a sua proposta vem em realizar a eleição em setembro e continua a discutir esse projeto. **Renata:** a proposta de encaminhar para a Câmara apenas uma alteração na lei que permita uma prorrogação do mandato até dezembro de dois mil e vinte, do ponto de vista administrativo e político é perfeitamente cabível, não sei se o Eduardo vai fazer, mas que é cabível, é cabível. A Câmara em todos os momentos recebe projetos que estão fazendo uma alteração pontual na lei por uma necessidade. Que seria o caso aqui. Então eu não vejo nenhum problema nisso, se essa proposta fosse aprovada, em consenso, não teria nenhum problema do ponto de vista administrativo e nem político.

Inclusive seria muito mais rápido de ser votado na Câmara. Eu entendo que o Wonderson colocou isso como proposta, inclusive, até que para a gente ter uma dilação de tempo em função da Pandemia, inclusive para que os colegas pudessem participar da eleição da forma como nós participamos, nos articulando, nos reunindo, discutindo, discutindo a política, inclusive a política que era a nossa gestão de fundo, que era naquele momento, mas principalmente para que a gente não perca essa discussão que extremamente importante, que é a atualização de toda lei 6056. Eu concordo que quando tomei posse no Conselho, numa das nossas primeiras assembleias o Henrique Lameirão que hoje não está com a gente, inclusive já colocou esse tema, a necessidade de fazer uma revisão da lei 6056 dada todas as mudanças que estamos tendo durante todo este tempo. Na minha opinião, tanto do ponto de vista administrativo como político enviar o projeto para a Câmara com uma alteração pontual não é nenhum problema. **Milton:** existe a dúvida da possibilidade dessa alteração pontual. Mas mesmo assim não fugimos do norte da alteração da legislação. Eduardo há a possibilidade de você fazer essa consulta. **Eduardo:** na realidade essa metodologia de eleição, só para contextualizar um pouco, a prorrogação do mandato do Conselho, inclusive a prorrogação proposta neste projeto é até o final de dois mil e vinte e um, ela tem a adequar, e muito mais até do que o próprio Covid, este projeto nasceu antes da questão da Pandemia, era inclusive para adequar aquela questão de você não ter eleição de conselheiros em período eleitoral, e depois você já criar aquela metodologia de troca alternada dos Conselheiros, meio a meio. Embora seja uma exigência do Pró Gestão, isto tem mais pontos positivos do que negativos, até para não trocar o Conselho todo de uma vez, isto já foi discutido e até já é ponto pacífico. Onde eu acho que fica a fragilidade disso, para ver o que vocês acham. Já existe lei federal inclusive que as eleições de Associações sejam realizadas por metodologia on-line, saiu publicado no Diário Oficial dia onze ou doze de junho. O que a gente teria como justificativa, seria uma eleição transitória para a gente se adequar, ela vai ficar só por um ponto como se a gente não pudesse fazer a eleição on-line, e nós já temos legislação federal para isso. É só essa preocupação que eu tenho. Fica assim, fica prorrogado o mandato, faltaria fundamentação, entendeu, se não mexesse no mandato, ou outro ponto. Ficaria jogado entendeu. **Milton:** a proposta de encaminhar somente um pedido ao governo, verificar saber da prorrogação ou postergação do mandato até 31/12/2020. Todos Concordam. Proposta rejeitada por seis votos não: Marilene, Claudia, André, Paula, Luiz e Milton, e cinco votos sim: Amilcar, Renata, Marcio, Romano e Wonderson. Então não vai ser feita

esta proposta de alteração do mandato até 31/12/2020. Segunda proposta: mantemos a eleição em setembro no formato que está atualmente e vamos continuar neste projeto na questão da extensão do mandato. Aprovado por unanimidade. 3. Devemos continuar analisando este projeto de lei referente a todas as alterações. Seis votos sim: André, Amilcar, Paula, Renata, Wonderson e Claudia. Votos não: Luiz, Marilene, Marcio, Romano. 4. Tiramos um relator ou todos fazem sua lição de casa e trazem para a próxima assembleia. Aprovado por unanimidade que todos façam a lição de casa, enviando ao Presidente do Conselho todas as solicitações de alterações e correções. Então todos devem trazer seus apontamentos e este projeto será pautado na próxima assembleia.

**Wonderson:** eu sou favorável e eu tenho certeza que cada conselheiro aqui com sua vivência sua história, sua experiência tem muito a contribuir, mas também por outro lado eu acho que de repente é possível que algumas pessoas tenham ideias iguais, eu acho que cada um eleja seu relator, digamos, fulano representa a proposta de a, b e c. se for isso também não vejo nenhum problema, apesar que tem que ouvir bem o conselho, todos tem contribuições. **Eduardo:** Wonderson, posso fazer uma sugestão que fazemos nos grupos de trabalho, exatamente para quando a gente entra nesse empasse, fica muita gente com a responsabilidade de centralizar e não anda. Ficar pelo menos um responsável para recolher o material de todo mundo. As vezes fica muita gente responsável e na próxima reunião ninguém trás nada. Ter uma pessoa pelo menos para recolher o material. É minha sugestão. **Milton:** alguém tem mais alguma sugestão. **André:** meu receio com tudo o que os meus colegas falaram, e que todos façam a lição de casa e a próxima reunião se estenda muito, e fique uma coisa sem controle. **Milton:** tem alguém que poderia fazer esse controle. Não. Então eu ficarei com essa atribuição de colher e podem mandar as propostas para o meu e-mail. Eu me comprometo a estar recebendo todo material de vocês, pode mandar direto no meu e-mail particular, irei compilar. **Item 6 - IPREF Saúde – hospitais credenciados – situação cadastral.** Em março encerra o contrato da Unimed, o IPREF prorroga por trinta dias, não houve regularização por parte da empresa. O Conselho concordo com o aditamento por mais trinta dias. Chegando o vencimento, com anuência do Conselho publicou no site o descredenciamento. O trabalho não parou. Estive com o Sr. Cristian, Procurador do Município, sobre o assunto. Ele pediu o processo na hora para a Procuradoria juntamente com a Procuradora responsável, e que a UNIMED deveria fazer o seu dever e não somente entrar no judiciário e aguardar que a prefeitura se manifestasse. Avisei o Eduardo, e foi marcada uma reunião com a Procuradoria onde

ele foi acompanhado do Presidente da Unimed, Dr. Nishi. Ele não sabia que o problema era mais administrativo da Unimed do que uma questão legal. Foi agendado mais dois dias, onde ele levou o contador dele e foi mostrado tecnicamente onde estavam os problemas, que ele fizesse as devidas interposições de recurso onde achasse que fosse correto para eles e a correção do que eles já tinham visualizado nas guias. Foram feitas essas correções e a Secretaria da Fazenda – DRM manteve contato direto com o Eduardo para que toda esta questão pudesse ser resolvida, desde que houvesse uma pré disponibilidade do lado devedor em efetuar a quitação junto a municipalidade. Houve uma reemissão de guias através do GISS on line, e no dia de ontem houve pagamento, não sei se parcial ou total. O Eduardo ontem recebeu um contato da UNIMED dizendo que conseguiu a Certidão Positiva com efeito negativo para todas as inscrições. A dívida está sendo discutida, eles fizeram um depósito judicial no valor de mais ou menos um milhão de reais, e existe agora um efeito suspensivo, e agora está sendo discutido judicialmente tanto o pagamento quanto o parcelamento. **Eduardo:** é só passar pelo jurídico para analisar e acredito que não teremos maiores problemas. **Alessandra:** ontem conversei com o Jurídico, vamos utilizar o mesmo processo administrativo, até porque já há uma grande quantidade de documentos. Atualizar todas as certidões que são de praxe, se não estão vencidas. Em princípio conversado com o Jurídico talvez não fosse necessária a manifestação deles, porque eles já se manifestaram sobre a minuta do contrato e os apontamentos que foram feitos já foram corrigidos. Foram adequados. Só estamos consultando a disponibilidade orçamentária e financeira para empenhamento e encaminhamento para a Diretoria. **Eduardo:** o importante é tranquilizar o Conselho e os servidores que é questão de dias, de processo administrativo. No mais tardar a semana estaremos publicando o contrato com o hospital. Não por trinta dias, mas por um prazo maior. **Milton:** nesse mesmo caminho, o Eduardo continua com a tratativas com o Hospital Carlos Chagas. O que está acontecendo, o Carlos Chagas foi comprado por outro grupo e na hora da venda não foi apresentada, não apareceu, uma dívida com a municipalidade do proprietário anterior. Uma inscrição muito antiga. A dívida só prescreve se não houver cobrança, e nesse caso houve. Deixar bem claro que houve uma comunicação bem falha de que a UNIMED deixou de prestar serviços por falta de pagamento por parte do IPREF. Quem não apresentou a documentação foi a UNIMED. **Eduardo:** houve comentários, inclusive de ex conselheiros de que era o IPREF que não estava pagando, que era devedor, na realidade vocês viram que o IPREF não tem nenhum débito com fornecedores.

Estamos estritamente em dia com todos os pagamentos. Chato ouvir isso. Fui junto com a UNIMED na Procuradoria, na Secretaria da Fazenda fiz o máximo que pude. O Carlos Chagas são dívidas de noventa e sete e noventa e nove, uma dívida de quase meio milhão de reais, e isso acabou atrasando um pouco. Reafirmo, nós temos que fazer os contratos da forma mais respaldada possível para que não tenhamos problemas futuros com o Ministério Público, Tribunal de Contas. Os Contratos da Saúde são mais frágeis por questão de não ter valor exato, ser estimativo. A lei 8666 não se enquadra muito bem no sistema de credenciamento. Por isso não podemos deixar brecha para evitar problemas mais para a frente. **Marilene:** quero agradecer a boa notícia. Estive ontem numa Clínica e fui questionada por um Médico do porque a UNIMED não estava atendendo. Expliquei que a UNIMED estava devendo, não tinha certidão negativa e ele disse que não sabia. Então é isso. Ele mandou chamar uma pessoa do administrativo. Acredito que houve um movimento dos médicos também. Agradeço o empenho do Eduardo e do Milton e vou dar esta boa notícia aos meus colegas. Outro ponto é sobre a Clínica de Fraturas Bom Clima. Eles foram descredenciados e em conversa com o Dr. Flávio – Proprietário, ele informou que estão sendo exigidos documentos que eles não conseguem obter. Que outros planos de saúde não exigem. **Eduardo:** me comprometo a estar verificando, mas a princípio não se pode comparar plano de saúde com a auto gestão. Nós por sermos órgão público temos que obedecer a Lei 8666 e suas obrigações. Neste período de pandemia muitos prestadores usaram esse período para deixar de apresentar diversas certidões. **Alessandra:** acho estranho porque a documentação é a mesma de quando a Clínica era credenciada. São documentos padrão. A única diferença que nós temos em relação ao plano privado é a regularidade fiscal, mas nos demais, alvará sanitário, licença de funcionamento, entre outros é igual. Nada mais tendo sido colocado, o Sr. Presidente do Conselho dá por encerrada a assembleia às doze horas e nove minutos, para constar, eu \_\_\_\_\_, Luiz Carlos da Rocha Gonçalves, 1º Secretário, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes.

MILTON AUGUSTO DIOTTI JOSE Presidente	
LUIZ CARLOS DA ROCHA GONÇALVES 1º Secretário	

CLAUDIA REGINA CARAPETA 2ª Secretária	
AMILCAR ANTONIO MESQUITA RIZK	
JOSÉ ANDRÉ DE MORAIS FILHO	
MÁRCIO RODOLFO DE OLIVEIRA ALVES	
MARILENE APARECIDA CADINA	
PAULA KOBASHI INOUE	
RENATA SILVA MOREIRA	
ROGÉRIO TADEU BARBOSA ROMANO	
WONDERSON MORENO	

**SUPLENTES**

<b>SUPLENTES</b>	
JULIANO LINO DOS SANTOS	

**IPREF**

<b>IPREF</b>	
EDUARDO AUGUSTO REICHERT – Presidente do IPREF	
ALESSANDRA DOS SANTOS MILAGRE SEMENSATO – Diretora Adm. e Financeira do IPREF	